

## Apontamentos sobre o silêncio e a lembrança.

### Notas sobre el silencio y el recuerdo.

Alexandre Junior de Lima e Silva\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo principal apontar alguns elementos, de reflexão, sobre os mecanismos de controle e fixação da memória do povo. Procuramos traçar uma linha ampla porque entendemos que a problemática é complexa, exigindo elementos de história política e social. Estou cada vez mais propenso a pensar a memória como um sistema geral que permite a inclusão de subsistemas, a ele vinculados, ou por ele permitidos, ou ainda, contrários e contraditórios, até que surja outro sistema que o supere. Sendo assim, a história oficial dos operários da cana-de-açúcar estaria dentro deste grande sistema de memória, domesticada, mas não em sua totalidade. Ou seja, a memória das lutas seria uma ameaça constante, um gigante adormecido, uma revolução latente que precisava ser adiada pelas classes dominantes a todo custo. Mas a pergunta permanece: até quando?

**Palavras-chave:** Memória, Política, Classe operária.

**Resumen:** En este artículo se pretende señalar algunos elementos de reflexión, sobre los mecanismos de control y ajuste de la memoria de la gente. Buscamos para dibujar una línea amplia porque entendemos que el problema es complejo, que requiere elementos de la historia política y social. Cada vez estoy más inclinado a pensar en la memoria como un sistema general que permite la inclusión de los subsistemas, ligado a él, o que él permitió, e incluso contrapuestos y contradictorios, hasta que haya otro sistema que supere. Por lo tanto, la historia oficial de los trabajadores de la caña de azúcar era dentro de este sistema de memoria grande, casero, pero no en su totalidad. Es decir, la memoria de las luchas sería una, un gigante dormido constante, una revolución

---

\* Doutorando em Ciências Sociais. Universidade de Buenos Aires – UBA. [alexlexster@gmail.com](mailto:alexlexster@gmail.com)

latente que tenía que ser pospuesto por las clases dominantes a toda costa amenaza. Pero la pregunta sigue siendo: ¿Por cuánto tiempo?

**Palabras clave:** Memoria, Política, Clase Obrera.

### **Primeiras palavras**

A América Latina viveu, a partir da segunda metade do século XX, ditaduras civil-militares que marcariam profundamente sua história política recente. Segundo Florestan Fernandes, as ditaduras foram instauradas, tendo como ponto de partida a inadequação das burguesias nacionais fazerem parte, por suas próprias forças, do desenvolvimento experimentado pelas classes abastadas das grandes potências do capital, por esta razão, adotaram o golpe de Estado como modo mais rápido para obter o status econômico semelhante aos países industrializados, ao mesmo tempo em que não estavam dispostos a conceder os avanços adquiridos pelas classes consideradas subalternas.

Antes, porém do Golpe de 1964, houve um processo de radicalização das disputas sociais, havia uma grande parcela da população em situação de extrema pobreza que quase nada possuíam, além de sua força de trabalho e, por outro, uma pequena parcela da população, associada ao capital internacional abastada.

Do lado de baixo da balança estava sendo gerada uma reação, fruto de uma situação insuportável em que se encontravam. As classes populares, vislumbravam nas reformas de base a possibilidade de diminuição da enorme distância que os separava as classes abastadas. As classes inferiores começavam a se articular em sindicatos, partidos políticos, grupos de intelectuais, clérigos ligados a Teologia da Libertação, formando assim, uma Frente Ampla de discussão nacional, propondo mudanças na estrutura do país.

Isto desencadeou um processo de violência contra esta Frente Ampla popular porque a mesma começava a lograr vitórias consecutivas nas eleições municipais, estaduais, chegando a eleger o vice-presidente da República João Goulart, que seria o presidente da república mediante a renúncia inesperada de Jânio quadros. Um dos fatores para estas vitórias foi o aumento significativo do número de eleitores nos municípios do Brasil, devido ao esforço para alfabetizar a população de habitava na zona rural realizada por estudantes universitários voluntários.

A relação entre educação e voto estava no fato, da lei eleitoral, vigente, naquele período não permitir que analfabetos votassem. Por este motivo, a educação do campo passou a interessar diretamente às forças que apoiavam mudanças radicais na estrutura política, econômico e social do Brasil.

Sendo assim, houve, no dizer de Joseph Page (PAGE, 1972), um acirramento das lutas no Brasil, tendo de um lado, um pequeno grupo associado ao capital internacional, mantendo com este uma relação de subserviência e, do outro, uma frente ampla, cada vez mais forte. A saída encontrada foi desencadear um golpe militar ancorado no poder das armas e com o apoio, do capital internacional, notadamente os Estados Unidos da América.

A violência às massas populares não foi exclusividade das ditaduras, mas a partir destas que os métodos de esquecimento e de repressão, utilizados desde os tempos de colônia, foram se especializando, tendo como suporte o auxílio internacional, mas sobretudo, a partir da própria experiência, compartilhada entre Brasil, Chile e Argentina.

Fazendo uma breve memória sobre a repressão, identificamos que esta não pode ser considerada como exceção, mas algo perene. Podemos observar que durante o processo de formação nacional brasileiro, iniciado no século XVI, com o início do massacre das populações indígenas. Isto iria abrir espaço para o colonizador português, impondo, assim, o modo de ser no novo mundo, voltado exclusivamente para atender aos interesses da metrópole, chegando deste modo a se tornar uma potência mundial na produção de açúcar.

Sendo assim, a questão da terra, no Brasil, esteve, desde sua organização inicial, atrelada aos arranjos efetivados a partir do jogo de poderes que transformaram a lideranças locais em lacaios do capital internacional e associado. Resultando em um longo e contraditório processo que envolvia fatores, tais como, a posse da terra, capital e um sistema econômico que estivesse atrelado a esta cadeia de produção.

Para manter a segurança e a ordem, foi criado paralelamente um aparelho de segurança que mesclava elementos de legalidade e de clandestinidade que reprimia a grande maioria da população, em busca de garantir o máximo de rentabilidade, tão necessária para a manutenção deste tipo de sociedade que surgia em torno da

propriedade agrária voltada para atividade exportadora. Ficando a produção de gêneros alimentícios em segundo plano.

Gostaria, de delimitar, a partir de agora, tendo em vista a organização da classe operária rural na Zona da Mata Sul de Pernambuco, porque é impossível se ater a toda efervescência do movimento operário nacional. Para tanto, é necessário que se prossiga sobre o problema concentração fundiária. E, seu contraponto, a reforma agrária.

A concentração de terra gerou, ao longo do tempo, um processo lento de empobrecimento da população. Muito acentuado, na região da Mata Sul de Pernambuco ou Zona Canavieira. Nesta região, com o incentivo governamental, implementou-se às usinas de açúcar no fim do século XIX e, até o fim do século XX manteve as usinas com investimentos vultuosos. Sendo assim, o Estado brasileiro foi utilizado como aporte financeiro para alavancar a economia açucareira desde sua fundação até o final do século XX, mesmo assim, a economia açucareira não conseguiu obter desenvolvimento almejado e, muitas usinas da região abriram processo de falência.

Deste modo, o trabalhador rural possuía, desde sua formação alimentar os traços da fome, e que sua descendência não teria sorte diferente da sua. A não ser que ele migrasse para as “pontas de rua” em centros urbanos, habitando em condições de miséria e, continuando a passar fome. Sendo assim, a única herança que boa parte dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar deixaria para sua descendência é a desnutrição, marcada em seu próprio corpo.

Se houve, por um lado, investimentos vultuosos na indústria açucareira, do outro lado, houve uma diminuição considerável das plantações de gênero alimentícios, em detrimento da lavoura da cana-de-açúcar. Consequentemente, gerou, fortes conflitos sociais, devido à escassez destes produtos no mercado.

O censo Agrícola de 1960 nos fornece a informação de que não havia silos para o armazenamento de alimento em Palmares, corroborando o projeto de que o manejo da terra estava voltado para a lavoura canavieira de exportação e não a subsistência humana (IBGE. Senso Agrário, 1960).

O binômio fome e repressão foram, de alguma maneira, a moldura na qual foi criado o cenário seriam realizadas as greves, manifestações, disputas judiciais, campanhas políticas acirradas, e também, a repressão contra as lideranças trabalhistas,

políticos de esquerda e qualquer pessoa que pudesse ser considerado uma ameaça à segurança nacional. Ou seja, um leque de movimentos populares que se articulavam em torno do discurso a favor das mudanças necessária para abolir as velhas estruturas estabelecidas desde o período colonial.

Uma das lutas era a exclusão do cambão, como forma de pagamento do aluguel da terra. Porque o mesmo era uma das formas de reprimir o trabalhador rural, que vivia em forma de cambão era o superfaturamento do preço pago ao proprietário. De tal maneira, que o valor total pago pelo morador (no regime de cambão) em um prazo de um a dois anos daria para comprar a terra que ele estava utilizando (PAGE, 1972.).

Todavia, uma rede complexa de interesses não possibilitava tal compra e, mesmo assim, pagando acima do valor, o morado estava fadado a ser nomeado como devedor, seja por dívida inventada, seja por pequenos favores que lhe custariam a fidelidade perpétua. Este tipo de espoliação impedia que o pequeno produtor, agregado ao latifundiário, tivesse acumulação de capital suficiente para investir em si mesmo.

O fruto deste processo foi um profundo desequilíbrio entre a produção agrária, de caráter rudimentar e a indústria que começava a dar sinais de crescimento, mesmo que subordinadas ao capital internacional.

Observamos na base no sistema que houve “uma modernização sem mudança” do quadro agrário brasileiro, não existiu uma política estatal que pudesse romper com o poder secular do latifúndio. Deste modo não foi experimentado, no Brasil, um processo de rompimento com as estruturas coloniais, baseadas na lavoura de extensão e, uma consequente, reestruturação na distribuição da terra, acompanhada de um novo modelo que conseguisse refazer o diálogo com a natureza, populações camponesas, trabalhadores rurais que moram em periferias urbanas e, deste modo, procurar superar, da melhor maneira, a partir desta parcela da população, a espoliação imposta às populações durante séculos.

Neste processo de construção de novos caminhos, a memória histórica passa a ter grande importância, uma vez que, traçando políticas de memória, privilegiando todos os atores da história é que será possível reescrever um novo acordo social, democrático e sempre aberto para todos, de modo especial os grupos em que a dívida social é maior,

como os negros, homo afetivos, classe operária, mulheres, trabalhadores rurais, migrantes etc.

### **1. Uma questão de memória.**

Quem eram? Como são suas famílias? Onde trabalhavam? Por que causas lutaram? Inutilmente percorrerá os volumes do Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro: nada consta. Não por esquecimento ou parcialidade. (TELES, 2009, p.26).

A ditadura militar de 1964 cassou seus inimigos políticos, torturou, matou, desapareceu, evitando assim o aumento oficial do número de mortos, evitando assim uma pressão internacional e, procurou de todas as formas desencadear uma guerra psicológica. Assim sendo, a reescrita da história do Brasil se tornou elemento essencial dentro de um leque de ações e corpo teórico, daquilo que se tornou comum chamar de política de memória. Portanto, a questão da memória e do esquecimento formam, por assim dizer, o chão a partir do qual serão construídos o que pode ser lembrado e, como essa lembrança pode ser revisitada e o esquecimento.

Ancorados em procedimentos que vislumbram a amnésia coletiva como meta, se encontra a história do Brasil, de um modo amplo e a história das regiões, em âmbito local, Estados e Municípios. Esta história por sua vez foi transmitida e retransmitida por diversos veículos, tais como, escola, imprensa, monumentos entre outras formas.

Trataremos, a partir de agora, uma história local. A cidade dos Palmares, ao longo de sua história, foi marcada pela carência de produção memória. E, de modo mais acentuado na produção e manutenção de arquivos públicos, pesquisas arqueológicas ou de natureza correlata. O déficit de memória se agravou ainda mais, devido as inundações que assolaram esta cidade a partir de 2010, quando arquivos pessoais e públicos foram destruídos pelas águas do Rio Una.

No entanto, as águas do Una, não foram a causa principal, no que se refere ao pequeno número de registros locais. Então, podemos supor o seguinte: Se não há informações em grande vulto contidas em arquivos públicos e privados sobre a elite letrada, o número de registros será ainda menor em relação aos trabalhadores rurais. O que pode ser encontrado é um emaranhado de pequenas informações, testemunhos,

processos produzidos pela justiça do trabalho, objetos pessoais, o próprio corpo dos trabalhadores, resto de construções e o canavial. Estes precisam ser organizados do ponto de vista lógico, ou seja, a possibilidade de se aproximar da realidade é muito remota, mas mesmo assim é necessário realizar este esforço afim trazer para a reflexão historiográfica esta parte da população.

Estes lugares de memória (CARDOSO, 2005), ainda exalam o odor do passado, as rádios ainda lembram dos seus aniversários e, os políticos ligados a latifundiários ainda se remetem a estes ilustres vultos que defenderam a democracia *'a ferro e a fogo'*. E, todos os anos, cada escola relembra aos seus alunos a história daqueles que foram os expoentes de uma ditadura civil militar que durou vinte anos.

O que foi dito acima revela a fragilidade das instituições democráticas brasileiras que tem na continuidade, ou melhor, no exercício da reconciliação entre perseguidores e perseguidos, sua maior garantia de estabilidade política e, escopo limitador da democracia tupiniquim. No entanto, é necessário refletir e denunciar, mesmo que seja do ponto de vista acadêmico e, nas instituições públicas este alinhamento entre democracia recente e a herança ditatorial impregnada no Estado brasileiro, desde o município, passando pelo Estado, até a Capital Federal.

É essencial, nesta reflexão fazer memória de Brivaldo Leão, professor da rede municipal de ensino de Palmares, ligado ao Partido Comunista, que entre uma aula e outra, convidava os alunos do Ginásio Municipal para ir se encontrar com os trabalhadores rurais reunidos em sindicato, na zona rural, eleito vice-prefeito de Palmares que na década de sessenta e cassado pela ditadura graças a um

projeto de autoria do vereador Marques pedindo a cassação do mandato de Vice Prefeito o Sr. Brivaldo por julgá-lo implicado no movimento subversivo que deu lugar aos últimos acontecimentos registrados em toda nação e de modo particular em Palmares[...]pronuncia-se em primeiro lugar o vereador Maciel, congratulando-se com o autor da referida proposição por ter agido acertadamente, admirando ainda sua disposição especialmente porque na campanha eleitoral militara em favor desse que agora estava sendo objeto de resolução. Prosseguindo na sua oração o vereador Maciel que não tinha nenhuma dúvida quanto a

participação do Sr. Brivaldo Leão Almeida no Movimento Comunista. Recordou ainda que teve oportunidade de censurar o Chefe do Executivo por prestar cooperação ao Movimento de Cultura Popular, que outra coisa não era senão um órgão de propaganda da ideologia vermelha (PALMARES. Ata primeira reunião da terceira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 06 de abril de 1964. Livro 08, p.122).

Em nome da democracia e do “comando supremo da revolução”, o prefeito da cidade, Oscar Bezerra pediu renúncia e o vice-prefeito Brivaldo Leão foi caçado, preso e torturado pelas forças de segurança. Assumia, provisoriamente, o poder, por força da lei de segurança nacional, o presidente da Câmara Municipal, o vereador Pereira, homem de confiança do regime militar e dos latifundiários locais. Foi, deste modo, nomeado interventor, dando lugar, logo em seguida ao Cel. Nelson Ambrósio da Silva que ficaria no cargo até 1965.

Maciel pelas suas brilhantes palavras de apoio ao Vereador Marques com quem também se congratulava pelo heroísmo e sentimento de verdadeiro patriotismo, admitindo de Justiça a sua atitude a sua atitude em apresentar uma matéria cujo conteúdo era pedir a compenetração da responsabilidade de quanto fossem a Câmara Municipal dos Palmares cassando um mandato de um representante do Executivo por estar implicado no movimento subversivo e conseqüentemente se ter incompatibilizado (incompatibilizado) com o cargo para o que fora eleito em Agosto de 1963. Prosseguindo sua apreciação ao projeto de resolução, o Vereador Pereira presta homenagem de reconhecimento às Forças Armadas e particularmente ao General Justino Alves de Barros que em boa hora fez abortar um movimento subversivo e perigoso que por certo, vitoriando, iria sacrificar, além da democracia, muitas vidas preciosas no Estado de Pernambuco. Afirmou ainda o Vereador Pereira que a fuga do Sr. Brivaldo Leão de Almeida é na realidade um atestado eloquente de sua participação no movimento subversivo registrado em dias da semana



passada. Reportando-se ao Prefeito, Sr. Oscar Bezerra Souto, afirmou o orador que conhece os antecedentes do mesmo, sua formação social e religiosa, tendo certeza absoluta que não tem qualquer participação no movimento subversivo aludido ou em outro qualquer setor de atividade da ideologia vermelha, podendo mesmo garantir pelo que acabava de afirmar (PALMARES. Ata da primeira reunião da terceira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 06 de abril de 1964. Livro 08, p.122).

O texto original, retirado das atas da câmara municipal foi reduzido a lama, só restando algumas fotografias e, algumas cópias no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Jordão Emerenciano, anexo DOPS em forma de cópia datilografada e anexadas a alguma investigação política. Por estas razões, boa parte da memória desta cidade não se encontra escrita nela, mas espalhadas pelos arquivos na cidade do Recife, tais como a Fundação Joaquim Nabuco, o Instituto Ricardo Brennand, o Arquivo Público do Estado de Pernambuco entre outros, mas sem esquecer o que restou na bagagem de inúmeros palmarenses e visitantes pelo mundo afora.

Antes, mesmo de continuar a reflexão sobre a temática dos trabalhadores rurais que estavam imbuídos da tarefa de plantar cana-de-açúcar, convém lembrar que Palmares era conhecida, na década de sessenta, como a “Moscouzinho” da Mata Sul pernambucana, mas este título não interessava as autoridades policiais que procuravam reprimir todas as discussões em torno deste tema, mesmo que fosse de um veículo de imprensa favorável ao capital internacional, o jornal Diário de Pernambuco. Vejamos o caso dos jornalistas Alfredo Farias e de seu irmão Israel de Moura Farias que foram inquiridos pela polícia militar que registrou o caso da seguinte maneira:

Reportagem:

Ao se referir às reuniões normais de comunistas no Bairro do matadouro, o jornalista Alfredo Farias ingressa com maior afinco no inverossímil caminho da mentira. Em Palmares há esses rumores, pois se assim fosse, já está delegacia teria tomado providências cabíveis, como já o fez em

outras ocasiões (DOPS, Pasta Palmares).

### Conclusão da polícia:

O que está havendo aqui, é uma politicagem mesquinha, levada à baía por grupos inconformados, que vivem a fazer cargas injuriosas à pessoa do delegado, tudo somente porque, creia V. Exa., não sirvo aos caprichos pessoais de quem quer que seja, pelo fato de querer sempre acertar, embora lutando contra as ingratidões logicamente inerentes à função de polícia (DOPS, Pasta Palmares).

Havia uma guerra de informação e contrainformação perceptível, afim de manter sob controle, todos os meios de comunicação social, mas mesmo assim o sistema apresentava suas falhas e, reportagens como esta, seriam quase impossíveis de serem anuladas por um sistema de informação, por melhor que fosse.

### **Memória e cana-de-açúcar**

No mundo do doce, o trabalhador rural provou desde cedo o amargo da vida (MINTZ, 2010). Mesmo assim, do ponto de vista historiográfico, a cana-de-açúcar, ou melhor, a sociedade açucareira (BANDEIRA, 1990) vem tendo relevância na produção, no entanto, os estudos vêm se concentrando na Zona Metropolitana e na Zona da Mata Norte de Pernambuco, ficando, a Zona da Mata Sul e de modo particular, a cidade dos Palmares, mesmo sendo uma cidade canavieira, considerada cidade polo da região, permanece em segundo plano, diante das abordagens gerais sobre a produção canavieira e a organização dos trabalhadores em sindicatos e ligas camponesas.

A Palmares é caracterizada por um relevo irregular, com pequenos morros íngremes que vem impossibilitando a utilização de máquinas para o plantio e a colheita da gramínea açucareira. Este elemento geográfico ainda se apresenta como um fator preponderante para a manutenção do emprego de boa parte da população ativa do município em atividades ligadas ao plantio e a colheita da cana-de-açúcar.

Outro fator a ser levado em conta é a distribuição da população na década de sessenta. Palmares só apresentaria maioria urbana a partir de 1970 (IBGE, 1970), seguindo a tendência nacional que em 1950 possuía um total de 32,6%, passando para 56% em 1970. Entretanto, mesmo assim, a oferta de trabalho, para a maioria da população, continuava sendo rural (IBGE, 1970). Criando-se então uma ruptura estrutural, a partir da década de setenta, entre a morada e o local de trabalho (DABAT, 2007).

Na década de sessenta, podia-se perceber um pequeno aumento do poder de compra dos trabalhadores rurais, da palha da cana-de-açúcar. Estes êxitos, por sua vez, só foram alcançados graças à luta dos trabalhadores que realizaram uma greve geral com aproximadamente duzentos mil trabalhadores. Esta greve ganhou mais força porque foi realizada no período da colheita na cana-de-açúcar. Graças a esta greve, os trabalhadores podiam comprar gêneros alimentícios, comprar roupa no comércio e ter uma cama para dormir.

Por outro lado, alhures, os senhores de engenho enxergavam uma paisagem totalmente diferente daquela experimentada, por esses novos consumidores, os quais não estavam acostumados. O que eles (senhores de engenho) conseguiam vislumbrar era apenas insubordinação e desordem pública, uma vez que alguns mecanismos de acumulação de capital, tal como o “pulo da vara” e o uso indiscriminado do “barracão” começavam a serem contestados publicamente a partir de greves, passeatas e paralisações.

Por esta razão, este texto aponta para a relação entre memória e democracia, tendo como ponto central as relações de poder em torno do trabalhador rural organizando-se para sobreviver e, garantir o mínimo de qualidade de vida.

Os fatos que se desenrolaram até a fundação do Sindicato dos trabalhadores rurais de Palmares, começou com a tentativa de compra das terras do engenho Limão (Município da Água Preta), por parte dos moradores daquele engenho. Porque o dono do engenho vendeu a terra para os moradores e não quis sair da propriedade, gerando uma série de acontecimentos que levaram a morte de dois trabalhadores rurais e um vigilante (MENEZES, 1983). Mesmo assim, sem solução a favor dos moradores, ou melhor, o

senhor de engenho vendeu a terra para os trabalhadores e permaneceu nela. A justiça não se pronunciou.

Para manter viva a luta, os trabalhadores do Engenho Limão que se organizaram em forma de Liga Camponesa, a segunda do Estado de Pernambuco. Esta por sua vez foi transferida no início da década de sessenta para a cidade dos Palmares, por ser considerada central.

Na década de sessenta existiam conflitos em torno de vários fatores, que marcaram profundamente a cidade de Palmares: O acesso a moradia, a posse da terra, qualidade de vida terra, transporte para o local de trabalho, mínimas condições de trabalho, erradicação da violência, jornada de trabalho de oito horas, em resumo, ter os mesmos ganhos de um trabalhador comum.

Estas lutas formam a paisagem sobre a qual foram travadas as disputas entre dois grupos totalmente diferentes, a classe patronal, mandatária dos órgãos de Estado, ou seja, um grupo detentor do capital que regia as leis e as colocavam em prática ao sabor da situação da luta e, trabalhadores, pequenos agricultores e sem terras que iam se organizando a partir da própria experiência de classe, construindo seus próprios caminhos, organizando-se, dialogando com partidos populares, de modo particular, o Partido Comunista, como seu maior aliado. Na afirmação de Manoel Coreia de Andrade,

A difícil situação em que se encontra os trabalhadores sem-terra do Nordeste, constantemente a agravar-se, sobretudo a partir de 1950, faz que a massa camponesa procurasse por si mesma uma solução e afastasse a possibilidade de resolução do problema agrário regional pela colonização (ANDRADE, 2009, p 73).

Desde a década de quarenta o Partido Comunista vem desempenhando atividades com trabalhadores rurais em Palmares. Tendo como ponto alto deste período o Congresso Camponês que foi realizado sob forte repressão da polícia militar, amplamente divulgado pela imprensa pernambucana através dos seus principais veículos, tais como, O Diário Pernambuco e o Jornal do Comércio, contra o Congresso em Palmares e apoiando o Partido Comunista, o Jornal Última Hora.

Décadas depois, o Partido Comunista teria na pessoa de Gregório Bezerra que

conseguiu a confiança dos trabalhadores rurais, auxiliando na organização das Ligas Camponesas e na criação de sindicatos de trabalhadores rurais em todo Estado de Pernambuco, posteriormente o mesmo Gregório iria escrever no exílio suas memórias, uma das poucas produções escritas de quem estava envolvido diretamente na luta ao lado dos trabalhadores da palha da cana.

Sem querer, as potências políticas e agrárias produziram material para uma reescrita da história. Esta mesmo tendo problemas de hermenêutica porque representa o olhar do vencedor, mesmo assim insisto na ideia de visitar os trabalhadores em todos os caminhos disponíveis, afim de ter mais elementos para dar início nesta região uma política de memória.

Um exemplo típico de registro às avessas nos vem do Senado Federal, reduto da mais alta e complexa rede de poder do poder legislativo, ancorada em acordos que criam um sistema que vai do município até a capital da nação. Neste ambiente podemos encontrar demonstrações do tipo:

...o Sr. José Américo está preocupado com o que acontece no Norte do Brasil – principalmente em Pernambuco – com o perigo das Ligas Camponesas... As Ligas Camponesas ainda tem a forma simples agitação instintiva e vaga. O Deputado Francisco Julião deve ter suas diretrizes mas a população rural que ele arregimenta não percebe ainda o alcance desse movimento. É uma gente enteada da justiça social, ignorante de toda a legislação trabalhista, que se concentrou no operariado urbano, com o peso de alimentar as cidades devoradas sem a participação de nenhum dos benefícios concedidos inicialmente, pelo saudoso Getúlio Vargas às camadas proletárias. Move-se, desse modo, apenas por uma necessidade tão aguda que obedece ao primeiro aceno de proteção. O trabalhador do campo nunca foi olhado e, assim, acode ao primeiro chamado a quem se diz portador de uma esperança. Sem controle, poderá essa onda alastrar-se e avolumar-se até tomar o caráter de rebelião infundindo o pânico entre os proprietários de terras e desorganizando as atividades rurais (BRASIL, Senado Federal. Lima Teixeira – *Pernambuco*. Ligas Camponesas, livro 5. p. 43, 1961).

Querendo reprimir, sufocar e silenciar a luta dos trabalhadores, por dias melhores, o senador José Américo apontou para a situação de exclusão em que se encontram os operários do açúcar, longe dos avanços alcançados pelos operários urbanos no governo de Getúlio Vargas. Ou seja, o esquecimento secular às populações do campo, desde o período colonial até os nossos dias começava a ser contestado com as Ligas Camponesas através da luta por reforma agrária e da criação de uma frente ampla, capaz de transformar a estrutura de poder até então pouco contestada em sua totalidade.

Portanto, convém concluir este texto, afirmando que há uma relação proximal entre a construção de memória e o exercício da democracia, uma vez que não se pode cercear a história de muito em favor de uma minoria.

Espero que o esquecimento não apague a luta de muitos que lutaram por um mundo melhor. A história é de todos!

## **Referências**

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Unicamp. Campinas: 1990

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural do College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Graal, 22 ed. São Paulo: 2006.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir. História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**: Lutas, partido, projetos. Recife, Editora da UFPE, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963)**. Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas.v1. Clifford Andrew Welch... [ET al.]. Brasília: Unesp, 2009.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Élcia de Torres. **Os Usineiros Pernambucanos e a Intervenção Estatal na Agroindústria Canavieira (1889-1933)**. Clio: Revista de Pesquisa Histórica, nº13. Recife: UFPE, 1990.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRASIL. IBGE. **Senso Agrário**, 1960.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Senso Agrário**, 1970.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Senso Demográfico**, 1970.

\_\_\_\_\_, Senado Federal. Lima Teixeira – **Pernambuco**. Ligas camponesas, 1961.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e de metodologia**. Bauru, EDUSC, 2005.

CAMINHA, Amauri. **Entrevista realizada no restaurante Besta Fubana**, localizado na Praça Dr. Ismael Gouveia. Palmares, 20 de fevereiro de 2008.

DABAT, Christine. **Moradores de Engenho**: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editorada UFPE, 2007.

FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, Vol. 10: Sociedade Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco**: 1955-1968. Recife: Massangana, 1990.

MENEZES, Paulo. **Sindicalismo X Repressão**: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de Camponeses do Brasil! Recife: Nordestal, 1983.

MINTZ, Sidney W. **O poder Amargo do Açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora da UFPE, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral de Memória**. A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2007.

PAGE, Joseph A. **A Revolução que nunca houve**: O Nordeste do Brasil: 1955-1964. Rio de Janeiro: Record.

PALMARES. **Poder Legislativo**. Câmara de Vereadores. Livro de Atas, 1964.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão**: Autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERNAMBUCO. **Arquivo Público do Estado de Pernambuco**: Jordão Emerenciano - Dops, prontuário funcional, pasta Palmares.

TELES, Teles; SANTOS Macdowowell (Org). **Desarquivando a ditadura**: Memória e justiça no Brasil. Vol. II. São Paulo: HUCITEC, 2009.

*Recebido em Março de 2015  
Aprovado em Junho de 2015*